



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Gabinete da Presidência

**ATA DA 2ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA - RAE / 2019**

No dia dezessete de junho do ano de dois mil e dezenove, às 14 h, na sala de reunião da Diretoria-Geral do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, no 13º andar, da Avenida do Contorno n.4631, reuniram-se os seguintes integrantes do Grupo Estratégico, Douglas Eros Pereira Rangel, Diretor-Geral, Telma Lúcia Bretz Pereira, Diretora Judiciária; Ludmila Pinto da Silva, Secretária-Geral da Presidência; Vinicius Moreira de Lima, Assessor da Vice-Corregedoria Regional; Christiane Dominique Kunzi, representando a Secretária de Apoio Judiciário; Ana Rita Gonçalves Lara, Diretora de Administração; Adriana Spinelli, Secretária de Comunicação Social; Gilberto Atman Picardi Faria, Diretor de Tecnologia de Informação e Comunicações; Alexandra Marques de Freitas, Secretária da Escola Judicial; Marília Souza Diniz Alves, Diretora de Orçamento e Finanças; Flávia Dantês Macedo Neves, Diretora de Gestão de Pessoas, Ana Helena Duarte Timponi, Secretária do PJE, e-Gestão e Tabelas Unificadas, Enzo Giovanni Barbieri, Coordenador da Comissão auxiliar da Diretoria do Foro de Belo Horizonte, Antônio Cláudio dos Santos Rosa, Secretário de Controle Interno e Bruno Pereira Torrozo Souza, representando a Secretária de Gestão Estratégica. Além dos integrantes do grupo estratégico acima mencionados, participaram também o Juiz Diretor do Foro de BH, Dr. Leonardo Passos Ferreira, André Luiz Moraes Mascarenhas, Secretário de Licitações e Contratos e os seguintes servidores: Patrícia Helena dos Reis, Liegia Maciel de Oliveira, Igor Daniel Costa Jones, Renata Franco Nunes e Victor Aubin Verzani Souza da Secretaria de Gestão Estratégica. Os trabalhos foram abertos pelo Secretário de Gestão Estratégica, em exercício, Bruno Pereira Torrozo Souza, que agradeceu a presença de todos, repassou aos presentes as palavras de apoio à reunião proferidas pela Secretária de Gestão Estratégica e reforçou o caráter deliberativo que pauta as Reuniões de Análise da Estratégia. Na sequência Patrícia Reis, Chefe da Seção de Planejamento e Estatística apresentou a pauta: Resultado do 1º quadrimestre de 2019 subdivididos em: análise da estratégia e análise estatística dos resultados, desempenho das metas nacionais, portfólio de projetos estratégicos; revisão de indicadores estratégicos e planilha de acompanhamento das metas. Patrícia Reis esclareceu que os resultados a partir de agora serão apresentados tendo por ponto de referência os objetivos estratégicos, como forma de aprimorar as avaliações. Após, apresentou os resultados do Plano Estratégico do Regional, destacando que o percentual de objetivos estratégicos que tiveram as metas relacionadas alcançadas foi de 43%, 29% dos objetivos obtiveram metas parcialmente alcançadas, 21% de metas relacionadas não alcançadas, desempenho superior ao do primeiro quadrimestre de 2018, cujos valores foram 36%, 14% e 50%, respectivamente. Para oferecer dados mais detalhados, Patrícia Reis passou a descrever a situação dos indicadores estratégicos, destacando que 50% tiveram suas metas cumpridas, 14%



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Gabinete da Presidência

ficaram com as metas próximas dos valores estipulados para cumprimento, 8% dos indicadores não tiveram suas metas cumpridas e 28% ficaram sem aferição, por impossibilidade de medição. Na busca de fomentar a participação das unidades e promover uma discussão ampliada da análise do desempenho estratégico, na presente RAE foram apresentados alguns objetivos estratégicos que possuíam indicadores correlacionados que se encontram com o farol vermelho e discutidas propostas de melhoria na tentativa de alavancar os resultados. Foram eles: Objetivo estratégico “Otimizar a logística de materiais, bens e serviços”, indicador 54 – Número médio de dias despendidos na fase interna para realização de aquisições por pregão Eletrônico (PE). A Diretora de Administração esclareceu que a elaboração da política de aquisição não andou com a celeridade prevista, o que impossibilitou a construção do manual e a revisão dos fluxos de trabalho e se comprometeu em entregá-la no final de julho. Destacou que na sequência haverá a retomada das atividades para elaboração do manual e revisão dos fluxos de trabalho, sendo que este último contará com o apoio do Escritório de Processos de Trabalho e ambos serão cancelados pelo Diretor-Geral. Igor Jones, observou que Thais da Costa Cruz é a nova gerente do Projeto “Governança de Aquisições” e destacou que para além das entregas supracitadas há também um plano de capacitação, com trilha específica o que muito poderá contribuir para o aprimoramento das aquisições em âmbito institucional. Patrícia Reis, elogiou o bom andamento dos trabalhos de construção das “diretrizes de contratação” encabeçadas pela Assessoria Jurídica da DG, lembrando que tal iniciativa muito poderá contribuir para celeridade do processo, uma vez que as regras estarão claras para todos os interessados e foi uma deliberação da RAE anterior executada a contento. Em relação ao indicador 54 Marília Diniz questionou a possibilidade de revermos a meta, uma vez que mesmo verificando uma melhora significativa ainda é muito distante o seu cumprimento. André Mascarenhas, acrescentou que o indicador não mede a qualidade ou produtividade e as causas do não cumprimento são multifatoriais. Bruno Torrozo enfatizou que a construção e acompanhamento do Plano de Aquisição, recentemente publicado, poderá trazer um novo nível de maturidade para o processo de aquisições e que a meta reflete o contexto em que foi criada, e tem-se expectativa positiva dos impactos das ações que estão sendo implementadas no resultado do indicador 54. Assim, os presentes optaram pela manutenção do indicador; Objetivo estratégico “Buscar a excelência na gestão do orçamento”, indicador 50 – Número de restrições nas conformidades contábeis. Marília Diniz, primeiramente destacou que a DOF foi muito ousada ao propor uma queda brusca e progressiva da meta para o indicador e esclareceu que as desconformidades ocorreram sobretudo em razão da falta de ferramenta adequada para execução das rotinas pela equipe da SEPP, sendo que há proposta de aprimoramento junto à equipe que está desenvolvendo a folhaweб para disponibilização de relatórios automatizados. Lembrou, ainda, que a falta de servidores para a execução



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Gabinete da Presidência

de um enorme número de atividades está impossibilitando o cumprimento de todos os prazos, como era de praxe; Indicador 52 – Índice de execução de restos a pagar não processados de dois exercícios anteriores Marília Diniz lembrou sobre a dificuldade de cumprimento das metas estabelecidas, uma vez que a validade da nota de empenho inscrita em RAP é de 18 meses, podendo ultrapassar este período em caso de liquidação iniciada e não concluída, sendo que a meta prevê a aferição nos 12 meses o exercício, além do grande volume inscrito para a obra da UFMG que não está sendo executada e está em vias de cancelamento. Na sequência, o estatístico da Seção de Planejamento e Estatística, Victor Aubin apresentou uma análise estatística dos resultados utilizando informações geradas com base em dados extraídos do sistema e-gestão entre os dias 15 e 31 de maio de 2019, sendo que tais análises também ocorreram tendo como foco o levantamento de índices correlatos a objetivos estratégicos - OE, a saber: OE “Promover a qualidade, celeridade e efetividade das atividades jurisdicionais” – I) 1º grau: observou-se que houve uma redução significativa do número de casos novos e do percentual de processos solucionados sem exame de mérito. Verificou-se, ainda, que a queda de demanda processual possibilitou uma redução do acervo na fase de conhecimento, sendo que a esta queda está associada resulta em um aumento do prazo médio na primeira instância, pelo fato de entrarem menos processos nas varas e assim tornou-se possível a solução e arquivamento de mais processos antigos, acarretando em um aumento do prazo médio. Ressaltou-se, também, que os indicadores de antiguidade aumentaram, e assim pode-se perceber que estão sendo arquivados os processos mais recentes daqueles que se encontram no acervo. Acrescentou-se, que em relação a liquidação houve um aumento da taxa de finalização e da taxa de liquidação, porém também observou-se uma aumento das liquidações pendentes e do arquivo provisório e II) 2º grau: analisou-se que os processos pendentes de solução e a antiguidade destes mesmos processos aumentaram consideravelmente; OE “Garantir a efetividade na execução” – demonstrou-se que houve um aumento da taxa de execução e se reduziu o acervo na execução, o que reforçou foi a ideia de que a prescrição intercorrente está sendo adotada nas varas; OE “Estimular a prevenção e a conciliação de conflitos” – em relação a este objetivo as avaliações não se mostraram significativas. Considerando que existem dúvidas quanto aos fatores que influenciam os indicadores e que alguns resultados são questionáveis ou geram muitas dúvidas, Christiane Kunzi sugeriu que fosse realizada uma avaliação conjunta (ou um estudo) pela Seção de Planejamento e Estatística e integrantes das unidades judiciárias sobre estes indicadores e os fatores que os influenciam. Telma Bretz, acrescentou, que muitas são as demandas de análise oriundas do Relato Integrado e Correições do TST e que a existência de uma sistemática que nos permita estudar os dados de forma mais aprofundada, muito pode contribuir. O Secretário de Controle Interno destacou que os órgãos de auditoria estão cada vez mais preocupados em verificar o



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Gabinete da Presidência

que está ou não impactando o cumprimento dos objetivos estratégicos e quais as medidas estão sendo tomadas na busca de alavancar os resultados institucionais. Nesta esteira, os membros presentes deliberaram pela existência de reuniões periódicas que deverão ser coordenadas pela Seção de Planejamento e Estatística. No intuito de condensar as informações acerca do desempenho das metas nacionais os dados foram dispostos nesta ata de maneira linear, a seguir. A Chefe da Seção de Planejamento e Estatística esclareceu que a apuração parcial demonstra que as metas IPJ - Índice de Processos Julgados, IPA - Índice de Processos Antigos, IE - Índice de Execução, o IACJ - Índice de Ações Coletivas Julgadas no 2º grau e o IRA - Índice de Redução do Acervo dos Maiores Litigantes apresentaram resultados satisfatórios. Já o ICONC - Índice de Conciliação na Fase de Conhecimento e o IACJ - Índice de Ações Coletivas Julgadas no 1º grau apresentaram desempenho abaixo do previsto.

<b>METAS-GERAIS-2019</b>	<b>1º-GRAU</b>	<b>2º-GRAU</b>	<b>Resultado</b>
Meta 1: Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	xx	xx	105,18%
Meta 2: Identificar e julgar até 31/12/2019, pelo menos, 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017 no 1º e no 2º grau	xx	xx	101,07%
Meta 3: Manter o percentual do biênio 2016/2017 no Índice de Conciliação na Fase de Conhecimento	91,93%	xx	xx
Meta 5: Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente	103,79%	xx	103,79%
Meta 6: Identificar e julgar até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau e até 31/12/2017 no 2º grau	99,91%	102,04%	xx
Meta 7: Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior, até 2020	xx	xx	105,98%

Telma Bretz sugeriu que os processos relativos às ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no primeiro grau sejam listados e informados ao Exmo. Desembargador Vice-Corregedor, na condição de Gestor de Metas, no intuito de verificar a possibilidade de que sejam expedidos ofícios às varas do trabalho para julgamento dos processos até 31/12/2019, possibilitando-se, assim, o acompanhamento e cumprimento da Meta 6. Sugeriu, ainda, que o mesmo acompanhamento se faça em relação aos gabinetes de Desembargadores, de forma a se instituir uma rotina que permita garantir o alcance da meta antes de encerrado o ano de 2019. A sugestão foi devidamente acatada pelos presentes e a Seção de Planejamento e Estatística ficará responsável por providenciar o expediente. Solicitou, ainda, que a Seção de Planejamento e Estatística verifique, junto ao CSJT, se os dados retificados do IACJ de 2018 constam dos relatórios oficiais. Ato contínuo, Patrícia apresentou ainda, as metas específicas que se encontram com desempenho deficitários: Indicador 2 CSJT (IEOD, Indicador 4CSJT (TMDP2); Indicador 5CSJT (TMDP1c) e Indicador 13 (IAM). Informou que o TCU, ainda, não realizou a apuração



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Gabinete da Presidência

dos IGOV, IGOVTI e IGOVPessoas em 2019.

<b>METAS ESPECÍFICAS 2019</b>	
Meta 1 - iGov Pessoas (40%) <sup>α</sup>	Sem aferição <sup>α</sup>
Meta 2 - IEO: Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado - Aumentar o Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado em 4 pontos percentuais em relação à média de 2011, 2012, 2013, em 2018 (86,13%) <sup>α</sup>	17,84% (62,14%) <sup>α</sup>
Meta 3 - iGovTI (40%) <sup>α</sup>	Sem aferição <sup>α</sup>
Meta 4 - TMDP2: Tempo Médio de Duração do Processo - 2ª Instância - Reduzir o prazo médio, em relação ao ano base 2017, em 2%, até 2019 (80 dias) <sup>α</sup>	109 dias (64,01%) <sup>α</sup>
Meta 5 - TMDP1c: Tempo Médio de Duração do Processo - 1ª Instância - Fase conhecimento: Reduzir o prazo médio em 4% em relação ao ano base 2017, até 2020 (166 dias) <sup>α</sup>	225 dias (64,19%) <sup>α</sup>
Meta 12 - iGov (40%) <sup>α</sup>	Sem aferição <sup>α</sup>
Meta 13 - IAM: Índice de alcance de metas: atingir e manter a pontuação entre 62 e 78% até 2020 (55%) <sup>α</sup>	49% (89,09%) <sup>α</sup>

Patrícia Reis, lembrou que muitas ações estão sendo empreendidas pela DTIC e pela DGP no sentido de obter avanços em governança tendo como referência o questionário aplicado pelo TCU e que o mesmo não se verifica em relação os itens constantes do IGOV. Douglas Rangel asseverou pela importância de se iniciar uma avaliação mais sistematizada. Bruno Torrozo, Secretário de Gestão Estratégica em exercício, se comprometeu em solicitar ao servidor Igor Jones que envide esforços para coordenar ações que permitam que as unidades avaliem quais são as possibilidades de propor melhorias para incrementar a governança no âmbito do TRT-MG. Na sequência Bruno Torrozo reportou sobre o andamento da execução dos projetos estratégicos até maio de 2019, sendo que 20,75% deles estavam em andamento, sem entraves; 11,32% com problemas pontuais; 5,66% em andamento com entrave grave; 26,42% dos projetos foram encerrados por estarem concluídos; 9,44% não foram iniciados ou estavam suspensos; 5,66% estavam em andamento e 20,75% dos projetos foram encerrados por cancelamento. O Grupo Estratégico, ainda, validou as propostas de melhoria para o aprimoramento dos indicadores estratégicos “Número de acessos às redes sociais, às notícias e banners publicados no site do TRT-MG” e Índice de execução do Plano de Aquisições, ambos com aferição quadrimestral e na sequência a Secretária de Gestão Estratégica irá promover os meios necessários para submeter a matéria ao Tribunal Pleno. A Chefe da Seção de Planejamento e Estatística reforçou a necessidade de preenchimento da Planilha de Acompanhamento das Metas, por exigência do CSJT e os presentes se comprometeram em enviar os dados atualizados para o email do [planejamento@trt3.jus.br](mailto:planejamento@trt3.jus.br) até o dia 10 de julho de 2019. Por fim, mas não menos importante o Diretor-Geral, Douglas Rangel, tirou dúvidas e fez uma avaliação consistente de projetos chaves, que constam do portfólio estratégico do Tribunal, promovendo uma discussão que acarretaram nas seguintes



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Gabinete da Presidência

deliberações: 1) André Mascarenhas irá construir uma Solicitação de Projeto Estratégico – SPE para viabilizar a inclusão de projeto que trate do sistema de licitações e contratos; 2) Flávia Dantés deverá fazer um levantamento de todos os entraves para implantação do SIGEP e apresentar para o Diretor-Geral; 3) Flávia Dantés irá envidar esforços para agilizar os estudos acerca do projeto estratégico Lotação Virtual, dada a relevância de urgência de um posicionamento em relação à matéria e 4) Ana Rita Gonçalves Lara deverá definir um gerente para o projeto estratégico que se encontra suspenso “Sistema de Controle de Material e Patrimônio” e o EPRO deverá tomar as medidas necessárias para cancelar a suspensão. Em seguida, a Chefe da Seção de Planejamento e Estatística, encerrou a reunião. Para constar, eu, Patrícia Helena dos Reis, , Chefe da Seção de Planejamento e Estatística, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos presentes.

Douglas Eros Pereira Rangel  
Diretor-Geral

Telma Lúcia Bretz Pereira  
Diretora Judiciária

Ludmila Pinto da Silva  
Secretário-Geral da Presidência

Ana Rita Gonçalves Lara  
Diretora de Administração

Flávia Dantés Macedo Neves  
Diretora de Gestão de Pessoas

Marília Souza Diniz Alves  
Diretora de Orçamento e Finanças

Gilberto Atman Picardi Faria  
Diretor de Tecnologia de Informação e Comunicações

Vinicius Moreira de Lima  
Assessor da Vice-Corregedoria Regional



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Gabinete da Presidência

Alexandra Marques de Freitas  
Secretária da Escola Judicial

Christiane Dominique Kunzi  
Representando Secretária de Apoio Judiciário

Adriana Spinelli  
Secretária de Comunicação Social

Ana Helena Duarte Timponi  
Secretária do PJE, e-Gestão e Tabelas Unificadas

Enzo Giovanni Barbieri  
Coordenador da Comissão auxiliar da Diretoria do Foro de Belo Horizonte

Antônio Cláudio dos Santos Rosa  
Secretário de Controle Interno

Bruno Pereira Torrozo Souza  
Representando a Secretária de Gestão Estratégica.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO  
Gabinete da Presidência

RAE 17.06.2019

DELIBERAÇÃO	RESPONSÁVEL	SITUAÇÃO ATUAL
1. Finalizar a Política de Aquisição	DADM	Final de julho
2. Priorização da construção/revisão dos fluxos dos processos de trabalho correlatos a aquisição e o manual de aquisições	DADM SELC EPT	Início previsto para após a publicação da Política de Aquisição
3. Listar os processos relativos às ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no primeiro grau e informar ao Exmo. Desembargador Vice-Corregedor, na condição de Gestor de Metas, no intuito de verificar a possibilidade de que sejam expedidos ofícios às varas do trabalho para julgamento dos processos até 31/12/2019, possibilitando-se, assim, o acompanhamento e cumprimento da Meta 6. Verificar a possibilidade que o mesmo acompanhamento se faça em relação aos gabinetes de Desembargadores, de forma a se instituir uma rotina que permita garantir o alcance da meta antes de encerrado o ano de 2019.	SPES Vice-Corregedoria	
4. Agendar reuniões para avaliação de dados estatísticos.	SPES DJ SECPJE Enzo SEAJ Juiz Leonardo Passos Enzo Barbieri Controle Interno	
5. Verificar se os dados relativos ao IACJ em 2018 forma devidamente retificados nos relatórios oficiais do CSJT	SPES	
6. Coordenar ações que permitam que as unidades avaliem quais são as possibilidades de propor melhorias para incrementar a governança IGOV	Igor Jones	
7. Submeter a proposta de revisão de indicadores estratégicos ao Tribunal Pleno	SEGE - SPES	
8. Preencher a Planilha de Acompanhamento de Metas do CSJT	SPES EPRO DGP DTIC DJ DOF	Enviar para <a href="mailto:planejamento@trt3.jus.br">planejamento@trt3.jus.br</a> até 10.07.2019
9. Construir uma Solicitação de Projeto Estratégico – SPE para viabilizar o sistema de licitações e contratos	EPRO André Mascarenhas	
10. Levantar todos os entraves para implantação do SIGEP e apresentar para o Diretor-Geral	Flávia Dantés	





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Gabinete da Presidência

Agilizar os estudos acerca do projeto estratégico Lotação Virtual, para apresentação para o Diretor-Geral	Flávia Dantés	
Definir um gerente para o projeto estratégico que se encontra suspenso “Sistema de Controle de Material e Patrimônio” e o EPRO deverá tomar as medidas necessárias para cancelar a suspensão.	EPRO Ana Rita Gonçalves	